

IMPACTOS SÓCIO-ESPACIAIS E POLÍTICO-ECONÔMICOS DOS MEGAPROJETOS DE MINERAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA EXPLORAÇÃO DO CARVÃO MINERAL DE MOATIZE

IMPACTS SOCIO- SPATIAL AND POLITICAL-ECONOMIC OF MINING MEGAPROJECTS IN MOZAMBIQUE: THE CASE OF EXPLOITATION OF THE MOATIZE MINERAL COAL

Eduardo Jaime Bata

Doutorando em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA),
Universidade Federal de Goiás (UFG), bolsista da CAPES
eduardobata1983@gmail.com

Celene Cunha M. Antunes Barreira

Doutora em Geografia, docente do PPG-Geo/IESA, UFG
celenemonteiro05@gmail.com

Maria Geralda de Almeida

Doutora em Geografia,
Docente do PPG-Geo/IESA, UFG
mgdealmeida@gmail.com

Resumo

O objetivo é analisar os megaprojetos de exploração do carvão mineral de Moatize, buscando compreender os impactos sócio-espaciais, político-econômicos e as contradições inerentes a estes megaprojetos, no que tange às formas de organização ou de reorganização sócio-espacial, com vista a atender aos interesses do capital transnacional. Esta análise baseou-se na categoria geográfica espaço, a partir da concepção de Santos (1997), e no materialismo histórico e dialético como método de interpretação fenomênica. Com base na pesquisa bibliográfica e documental foi possível compreender que o início da exploração do carvão mineral suscitou a reorganização sócio-espacial e político-econômica local com vista a atender as demandas produtivas dos megaprojetos e/ou de suas atividades complementares. O arranque desta atividade criou enorme pressão sobre as instituições do Estado, incrementou a segregação sócio-espacial, ao mesmo tempo em que, gerou oportunidades de trabalho, assim como, produziu uma pequena elite nacional e/ou estrangeira que foi o que mais se beneficiou destes megaprojetos.

Palavras-Chave: Megaprojetos. Impactos político-econômicos e sócio-espaciais. Carvão mineral. Moatize.

Abstract

The aim is to analyze the megaproject of mineral coal exploitation from Moatize, seeking to understand the socio-spatial, political and economic impacts and the contradictions inherent of this megaproject, regards to organizational forms or socio-spatial reorganization in order to meet the interests of transnational capital. This

analysis was based on the Geographic space category, according to the design of Santos (1997) and the historical and dialectical materialism as a phenomenological method of interpretation. Based on bibliographical and documentary research it was possible to understand that the beginning of the mineral coal exploitation raised the socio-spatial, political and economic reorganization in local place so to achieve the production demands of this megaproject or its complementary activities. The launch of this activity has created tremendous pressure on State institutions, increased socio-spatial segregation, while that generated job opportunities, as well as produced a small domestic or foreign elite who actually is more benefit from these megaprojects.

Keywords: Megaprojects. Political-economic impacts and socio-spatial. Mineral Coal. Moatize.

Introdução

Moçambique, após alcançar a independência política em 1975, enveredou pelo modelo socialista de desenvolvimento e mais tarde, isto é, a partir de 1987, iniciou as reformas político-econômicas e sociais que culminaram com a transição para a economia neoliberal. Ao “optar” pelo neoliberalismo econômico, o país abriu as portas ao investimento externo; a massiva intervenção do setor privado em detrimento do Estado e, sobretudo, a intervenção das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), o que condiz com a nova cartilha neoliberal forjada no Consenso de Washington.

Em território nacional, o investimento externo, também designado Investimento Direto Estrangeiro (IDE) desde cedo esteve concentrado, principalmente, no complexo minero-energético e localizado, de preferência nas Zonas Francas Industriais (ZFI) e Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Tal investimento é apontando por alguns pesquisadores (Mosca, Selemene, Castel-Branco, etc.) como sendo um dos fatores responsáveis pelos atuais níveis de crescimento econômico que Moçambique registrou, especialmente, a partir dos anos 2000.

Com efeito, nos últimos dez anos, sobretudo, a partir de 2004, o país tem registrado um acelerado crescimento econômico, (a despeito do seu relativo abrandamento, a partir de 2014) favorecido, principalmente, pelo investimento externo. Portanto, a atração do investimento do externo é resultado combinado dos seguintes fatores: a) a existência de um ambiente favorável ao investimento; b) a relativa estabilidade política do país; c) a fragilidade da legislação trabalhista e ambiental; d) a

existência de uma legislação fiscal (atrativa) que oferece múltiplos benefícios fiscais às empresas que investem em Moçambique.

Debruçando-se sobre a *performance* econômico nacional, Castel-Branco e Ossemane (2010) explicam que, o crescimento econômico do país é excessivamente concentrado, e dependente de um pequeno e limitado leque de produtos, serviços e firmas, excepcionalmente concentrado em torno do complexo minero-energético, o que reproduz uma economia extrativa em suas dinâmicas fundamentais.

Contudo, a despeito das vantagens deste crescimento para o país sinalizado, principalmente, pela melhoria do Produto Interno Bruto (PIB) e de outros indicadores econômicos, Castel-Branco (2008) lembra que a riqueza gerada pelas grandes corporações mineiras pertence aos megaprojetos que possuem e controlam e, não à economia como um todo. Ou seja, o impacto gerado por estes empreendimentos mineiros à economia nacional dependerá do grau de retenção e absorção da riqueza pela economia e não apenas pela quantidade de riqueza bruta.

Entretanto, independentemente da capacidade técnica e da estrutura administrativa montada para captar os benefícios gerados pelos megaprojetos em toda a sua cadeia produtiva, os impactos destas atividades sobre a organização social nos locais da implantação destes empreendimentos são completamente adversos, pois a inserção destes provoca extraordinárias modificações nas estruturas e dinâmicas sócio-produtivas e demográficas, desarticulando e instaurando novas configurações territoriais.

Refletindo sobre os impactos dos megaprojetos, Scherer-Warren (1993) explica que os megaprojetos apresentam traços comuns em relação aos impactos e aos padrões de ocupação da terra; de consumo de energia; de organização do espaço e das mudanças na estrutura da população; do meio, da política e da economia local.

Vainer e Araújo (1992, p.33) ressaltam que

Os megaprojetos também designados Grandes Projetos de Investimentos destacam-se, pela mobilização de diferentes elementos como força de trabalho, capital, recursos naturais, energia e, sobretudo, pela desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social e, quase sempre, degradação ambiental.

No país, os megaprojetos de mineração não são exceção a esta “regra”. Estes se distinguem pela intensidade do capital investido; elevado consumo de energia e água;

ocupação de extensas áreas, o que quase sempre, demanda a retirada compulsória da população dessas áreas. Os megaprojetos são em parte responsáveis pelo atual quadro de reformas realizadas na administração pública como, por exemplo, a criação dos Balcões de Atendimento Único (BAÚ); da Janela Única Eletrônica (JUE), entre outras reformas em curso em Moçambique.

Portanto, a viabilização destes empreendimentos suscita a organização e/ou a reorganização do espaço local, para atender as demandas de produção, ou seja, o cumprimento de novas funções, o que geralmente resulta em conflitos, tendo em vista que opõe interesses concorrentes.

Tais conflitos objetam de um lado, a população local, com direitos “seculares” de uso e ocupação de terra base de sua reprodução social; e do outro lado, os megaprojetos detentores de licença de exploração e do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) ambos concedidos pelo Estado.

Os megaprojetos de mineração, além de beneficiarem-se da isenção nas tarifas aduaneiras devidas ao Estado, principalmente, na importação de bens e equipamentos não produzidos em nível nacional e, essas firmas também têm prioridade sobre todas as formas de uso e aproveitamento da terra, visto que são considerados geradores de “benefícios econômicos e sociais” superiores às outras formas de uso da terra.

Com efeito, à medida que cresce o volume de investimentos no setor da mineração, aumenta também as pressões devido à intensidade do uso da terra, o que pressupõe uma nova organização ou reorganização sócio-espacial, cujo fim último é albergar frações do capital transnacional para a produção de *commodities* minerais. No bojo desta reorganização, os megaprojetos alteram profundamente a estrutura, a forma, assim como, a função inicial do espaço nas regiões onde se instalam, na medida em que as exigências de produção destas corporações são diferentes das da produção tradicional.

Portanto, estas firmas organizam a sua estrutura produtiva em função do seu próprio objetivo, isto é, “criando aqui, ampliando ali, ou mesmo suprimindo a sua atividade nas áreas ocasionalmente consideradas menos interessantes” (SANTOS, 1997, p. 44).

No domínio social, os megaprojetos de mineração ao se fixarem nestas regiões, alteram expressivamente a estrutura social e cultural da população local, já que inserem

novos hábitos de consumo, bem como novas formas de se relacionar com os outros. Conseqüentemente, estes empreendimentos estimulam a “perda de valores culturais”, ou seja, aquilo que Santos (1997, p. 46, grifo do autor) denomina

“Desculturização” na medida em que a substituição das pessoas, a alteração dos equilíbrios sociais de poder, a introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios dos quais resultam de um lado a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições e, de outro lado, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante longo tempo e que se vêem, de chofre, substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil.

Na esfera político-econômica, o começo da extração do carvão mineral de Moatize gerou maior pressão sobre o setor público local e sobre as instituições do Estado (Direção provincial dos Recursos Minerais, do Meio Ambiente, o Conselho Municipal entre outras), demandando, por conseguinte, a necessidade de reorganização destes setores para atender as necessidades produtivas do capital transnacional representado pelos megaprojetos.

A título de exemplo, o início da exploração e escoamento do carvão mineral dinamizou o comércio (formal e informal) e incrementou a demanda por alguns serviços (restaurantes, serviços hoteleiros, transporte aéreo e terrestre), entre outros produtos que até então eram pouco procurados.

Referindo-se aos arranjos e rearranjos espaciais e das instituições públicas nas regiões “alvo” do capital, Santos (1997, grifo nosso) observa que, a incorporação das formas técnico-científicas em determinado espaço demanda a reorganização espacial com vista a abrigar frações do capital que exigem uma rentabilidade maior e, por conseguinte, a reestruturação da própria administração pública, que tem de se reorientar para atender as demandas pelo consumo e por infraestruturas de apoio ao capital.

Portanto, embora os impactos e as dinâmicas que incidem sobre Moatize não sejam exclusivos dos megaprojetos de mineração que operam naquele Distrito, no entanto, é correto afirmar que estes resultam em grande medida da concretude destes empreendimentos, pois a sua instalação suscitou uma nova organização do espaço ou a readaptação dos espaços preexistentes para desempenharem novas funções.

Desta forma, pretendemos neste artigo analisar os megaprojetos de exploração do carvão mineral de Moatize, buscando compreender os impactos sócio-espaciais,

político-econômicos e as contradições inerentes a estes megaprojetos, no tange às formas de organização ou de reorganização sócio-espacial, com vista a atender aos interesses do capital transnacional. De modo específico pretende-se identificar as alterações político-econômicas e sócio-espaciais ocorridas em Moatize, procurando compreender como estas modificações se articulam com a inserção dos megaprojetos de exploração do carvão mineral no Distrito; demonstrar o papel dos megaprojetos de exploração do carvão mineral na atual configuração territorial, bem como na organização social e político-econômica em Moatize.

A elaboração deste artigo se baseou na pesquisa bibliográfica e documental, centrado nos megaprojetos e nos estudos realizados sobre Moatize. Esta pesquisa é um estudo de caso com o qual buscamos compreender os processos que corporificam as novas configurações territoriais em Moatize. Para tanto, foram realizados levantamentos em livros, dissertações, artigos, leis e outros materiais que discutem a problemática da inserção e da atuação do grande capital, sobretudo, na sua fase atual.

As informações produzidas foram interpretadas, a partir do materialismo histórico dialético, o qual possibilitou a compreensão dos fenômenos e dos processos ocorridos em Moatize na sua historicidade e na relação destes com o meio. Ou seja, compreender que as novas configurações espaciais (que também são territoriais) induzidas pelos megaprojetos alteraram, não só a paisagem local, mas também o modo de vida das comunidades impactadas por estes empreendimentos, ao mesmo tempo em que, interferiram no curso normal da história destas comunidades.

Do ponto de vista teórico, a análise feita embasou-se na categoria espaço, segundo a concepção de Santos (1997), que entende o espaço como um sistema de sistemas. A visão sistêmica do espaço na concepção de Santos pressupõe que no seu estudo, é preciso

Considerar que a estrutura espacial, por si só, não é suficiente como objeto de estudo, esta é a razão por que devemos levar em conta as estruturas espaços-temporais, [portanto] não se pode atingir esse objetivo sem compreender o comportamento de cada variável significativa através dos períodos históricos que afetam a história do espaço que se está estudando, sem dúvida, este espaço já tinha uma história antes do primeiro impacto das forças externas (SANTOS, 1997, p. 33).

No âmbito das ciências humanas, a categoria espaço tem ocupado centralidade em diversas pesquisas (sociologia, psicologia, economia) e, sobretudo, na geografia,

cujo enfoque é o espaço geográfico, compreendido a partir do sistema espaço-tempo; palco no qual ocorrem todas as coisas; conceito-chave considerando a “constelação” de conceitos proposto por Haesbaert (2010, grifo do autor).

Portanto, na busca da compreensão dos impactos e das contradições geradas pelos megaprojetos de mineração em Moçambique, com ênfase para o que ocorreu em Moatize, e partindo da análise das estruturas da sociedade, procurou-se as respostas para os seguintes questionamentos: como a exploração do carvão mineral produziu os impactos sócio-espaciais e político-econômicos em curso no Distrito de Moatize? Como as estruturas impactadas se articulam com os espaços preexistentes?

Para tanto, o movimento empreendido foi no sentido de compreender que os megaprojetos de mineração que operam em Moatize e em outras regiões do país, são extensões do grande capital que na sua busca incessante pelo lucro lança-se para todas as partes do mundo operando para tal num sistema de redes interconectado. Por outras palavras, estes empreendimentos representam os mecanismos de reprodução ampliada do capital, enquanto as estratégias de superação da crise, conforme explica Marx (1977).

Com vista à melhor sistematização das principais idéias contidas no artigo, iniciaremos a discussão com uma reflexão sobre o espaço e mineração, enquanto uma tentativa para a compreensão do espaço atual e, sobretudo, do espaço em Moçambique.

Na seqüência, apresentaremos uma breve descrição do Distrito de Moatize no intuito de mostrar como a riqueza mineral do subsolo (e a política de atração de investimento estrangeiro) coloca-se como fator fundamental na atração dos megaprojetos de mineração. Finalizamos a discussão, desvelando as tramas sócio-espaciais e político-econômicas dos megaprojetos de mineração na construção daquilo que denominamos espaços de mineração e os impactos desse processo.

Na guisa da conclusão, evidenciamos que a instalação dos megaprojetos não afetou apenas a estrutura sócio-espacial e político-econômica local, mas, e, principalmente, produziu uma nova dinâmica, abriu novas oportunidades de negócio e de trabalho e, no limite, gerou uma pequena elite nacional que mais se beneficiou desses megaprojetos.

Espaço e os megaprojetos de mineração: um exercício teórico para a compreensão do espaço em Moçambique

O estudo do espaço não é tarefa única e exclusiva dos geógrafos. Atualmente, a preocupação pela compreensão do espaço enquanto conceito-chave é crescente e é evidenciada pela atenção que lhe dedicam não somente geógrafos, mas também, e cada vez mais, os urbanistas, planejadores, economistas, sociólogos, etnólogos, historiadores, entre outros profissionais das mais diversas áreas do conhecimento (SANTOS, 2006).

A multiplicidade de profissionais que estudam o espaço reflete também a diversidade de possibilidades, de recortes e de enfoques para se compreender o espaço. De acordo com Souza (2013), a categoria espaço pode ser compreendida sob diversos prismas, de acordo com o enfoque, podendo ser: bioma, geo-ecossistema, nicho ecológico, habitat natural. Em outra feição, ele pode ser entendido como território (espaço político), lugar (espaço percebido/vivido), bairro, entre outras significações atribuídas ao espaço.

O espaço produzido, ou seja, aquele socialmente construído assume várias formas, e a sua compreensão também se dá a partir de vários recortes. Assim, as diversas formas que o espaço construído assume em cada período histórico no longo processo de desenvolvimento da sociedade resultam, em boa parte, da estrutura produtiva, do aparato tecnológico e, sobretudo, das funções designadas ao espaço pela sociedade.

Com efeito, essas funções variam com o tempo, bem como com nível de desenvolvimento tecnológico dessa sociedade. Entretanto, as novas funcionalidades atribuídas ao espaço em decorrência das alterações na sociedade não conseguem destruir por completo as formas remanescentes dos períodos anteriores, ou seja, as rugosidades. E, assim, ocorre uma mescla de formas novas e velhas, e de estruturas, criando novas formas mais adequada para cumprirem novas funções ou se adequando a formas velhas criadas em instâncias anteriores (SANTOS, 1997).

Este processo que se iniciou com a sedentarização do Homem, o mesmo deu-se de forma mais acelerada com a consolidação do capitalismo e se fortaleceu com a globalização, por meio da sua rápida disseminação pelo mundo, sobretudo, na década de 1990, e de forma mais intensa na primeira década do século XXI.

Portanto, o avanço da globalização promoveu uma drástica mudança na forma como os homens vêm e se relacionam com o espaço geográfico, um espaço densamente povoado de objetos técnicos que funcionam de forma sistêmica e em redes – por isso mesmo, cada vez mais normatizado (SENE, 2004).

No que se refere à nova estrutura espacial produzida pela globalização, Santos (1996, p.34) lembra que,

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. A consolidação do sistema capitalista de produção por meio da internacionalização da economia mundial gerou uma demanda crescente por novos espaços produtores de matérias-primas que se baseiam em recursos naturais, ou produtores de grande volume baseado no trabalho de mais baixo custo.

A expansão do capitalismo, principalmente para os países periféricos (países africanos, da Ásia central e da América Latina), deu-se através do fluxo de Investimento Externo (IE) destinado estes países, atraído, particularmente, pelos baixos custos de produção; disponibilidade de matéria-prima, fragilidade da legislação trabalhista e ambiental; incentivos fiscais, bem como pela capacidade destas de impor os seus interesses em detrimento dos interesses do Estado e da população local.

Com relação ao poder de barganha dos grandes consórcios industriais, Castells (1999, p.288- 289) demonstra que,

Na era da globalização, os Estados- Nação, tomados individualmente, estão perdendo e perderão o controle sobre componentes fundamentais de suas políticas econômicas [...] a dificuldade cada vez maior de controle exercido pelos governos sobre a economia é acentuada pela crescente transnacionalização da produção, não apenas pelo impacto causado pelas empresas multinacionais, mas principalmente pelas redes integradas de produção e comércio dessas empresas [assim a] consequência é a capacidade cada vez mais reduzida de os governos assegurarem em seus próprios territórios a base produtiva para a geração de receita.

Estes rearranjos do capitalismo globalizado, também denominado a “mais nova” divisão internacional do trabalho, criam uma multiplicidade de posições e de contradições dentro de um mesmo espaço. Estas contradições são mais salientes em países subdesenvolvidos, já que estes são social e economicamente heterogêneos, e aumentam visivelmente o poder das multinacionais frente aos Estados (SENE, 2004, grifo do autor).

Para Santos (1997, p.44-77) as multinacionais, possuem alta mobilidade e são detentoras de poder sobre os Estados soberanos, pois

Organizam e reorganizam a sua produção em diversos países em função do seu próprio jogo de interesses, na medida em que se tornam capazes de influir na fixação dos preços independentemente das possibilidades locais, o governo de cada país vai-se tornando cada vez mais impotente.

Na esteira dos novos arranjos e rearranjos da economia mundial internacionalizada, o espaço geográfico também sofre profundas modificações, com vista a cumprir novas funções. Com efeito, o espaço geográfico tem sido reconfigurado e os limites territoriais suprimidos ou alargados visando o aproveitamento máximo da terra para a produção e a reprodução do capital. Sene (2004) explica que, o espaço geográfico mundial na era informacional, está cada vez mais tecnificado, ampliado, ao mesmo tempo em que abriga um número crescente de excluídos, materializando-se, em suas paisagens e nas relações intra e entre lugares.

Ou seja,

Os atores hegemônicos da globalização buscam padronizar o espaço geográfico mundial para facilitar seus fluxos, para aumentar seus lucros, buscam torná-lo um espaço abstrato e fragmentado para, no limite, ampliar seu poder, a sua atuação é desestabilizadora nos lugares onde se implantam (SENE, 2004, p. 166).

Por sua vez, Santos (1996), coloca que a

Ordem trazida pelos vetores hegemônicos cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo é o próprio mercado global- é uma autoreferência, sua finalidade sendo o próprio mercado global.

Portanto, assim como, em outros países periféricos do capitalismo, em Moçambique a inserção do capital deu-se em dois momentos históricos distintos: o primeiro e o mais antigo, no período colonial, inserido no âmbito da ocupação efetiva deliberada na conferência de Berlim. Nessa época, Portugal procedeu à concessão de parcelas significativas de terra nas regiões Centro e Norte do país para as companhias majestáticas e arrendatários com vista à promoção de culturas de rendimento destinadas à exportação.

E o segundo período e talvez o mais importante, dado o seu caráter reestruturador e desestruturador, bem como sua relação com o contexto atual do país,

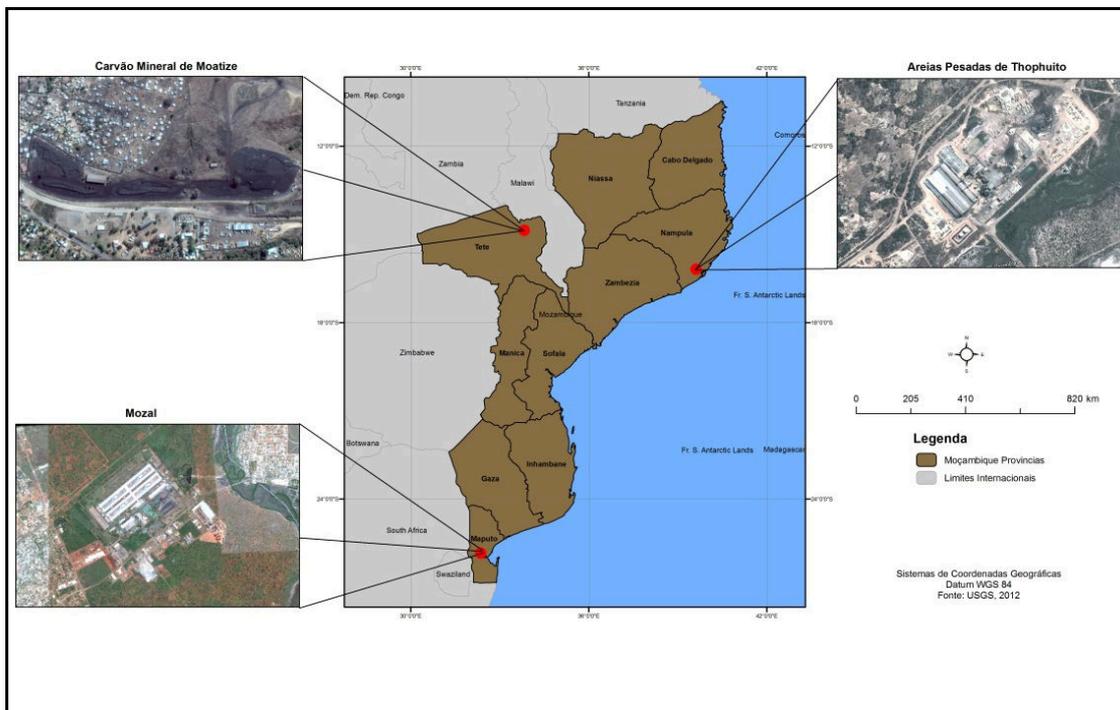
forjou-se, a partir das reformas deliberadas no IV Congresso da Frelimo realizado em 1983 e materializadas em 1987 com a introdução do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE).

Com o término da guerra civil em 1992, Moçambique iniciou um longo processo de reorganização político-econômica e social com vista a atrair o investimento externo, pressupondo que esta e outras reformas poderiam melhorar as condições de vida dos moçambicanos. Vinculado ao processo de reorganização, o país procedeu à revisão da grande parte da legislação nacional (Lei de terras, em 1979, Regulamento da Lei de terras, em 1987, Lei de terras, em 1997; Lei de investimentos, em 1993; Lei de minas, em 2002, 2014; Lei do ambiente, em 2007; Lei das parcerias público-privadas e Lei dos benefícios fiscais, em 1999; Lei do petróleo, em 2014, etc.,).

Assim, dentre os megaprojetos que se instalaram à luz deste pacote fiscal, destacam-se: o projeto *Mozambique Aluminium* (MOZAL), localizado na província de Maputo; o projeto de exploração de gás natural de Pande, na província de Inhambane; o projeto de exploração de carvão mineral de Moatize, na província de Tete; o projeto de exploração de areias pesadas de Thophuito, na província de Nampula, o projeto de exploração e liquefação do gás natural em Palma, na província de Cabo Delgado, dentre outros projetos. O mapa 01 apresenta alguns desses megaprojetos.

Cabe destacar que o projeto Mozal (instalado em 2000) é considerado, por alguns autores, como o primeiro megaprojeto em território nacional. No entanto, outros autores acreditam que o primeiro mega-empreendimento instalado em Moçambique foi a Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB), construída no período 1964- 1974.

Mapa 01- Localização de alguns megaprojetos que operam em Moçambique



Org.: Bata e Veloso (2015).

Portanto, a inserção destes ou de outros megaprojetos em Moçambique cumpre vigorosamente as estratégias de acumulação do capital via extração de recursos naturais e/ou de produtos primários de alto valor no mercado externo. Estas empresas investem intensamente na construção de infraestruturas (estradas, linhas férreas, portos, redes de transporte de energia, etc.) de apoio a estas atividades, com vista a atingir os níveis máximos de produção e de exportação.

Entretanto, estes investimentos são realizados em áreas desprovidas de tudo, o que quase sempre, conduz à formação de enclaves econômicos. Para Gudynas (2011) as economias de enclave são geradas pelas transnacionais. Estas indústrias têm assumido a forma de extrativismo predatório, com práticas intensivas em grande escala e com alto impacto social e ambiental.

Ou seja,

A atuação dos megaprojetos representa a nova face do colonialismo; um processo de subalternização dos Estados nacionais formalmente soberanos ávidos por proporcionar condições jurídicas, políticas e administrativas para a extração de seus recursos naturais por empresas transnacionais (GUDYNAS, 2011, p.45).

Portanto, a implantação dos megaprojetos nessas regiões "representa a inserção de modos de produção concretos, caracterizados por uma alta densidade de capital, em áreas "vazias" ou "semi-vazias", para a realização de atividades mineiras cujo produto não é destinado ao consumo local (SANTOS, 1997, p.70, grifos do autor)".

As grandes corporações transnacionais, ao se fixarem nessas regiões, produzem uma nova dinâmica, geram uma nova configuração espacial e territorial, introduzem novos hábitos, modificam as relações entre as pessoas; dividem os espaços, arranjam e rearranjam o espaço, separam a população local de sua base e de seu *locus* de produção material e imaterial. Esse processo, localmente, cria concomitantemente, uma ordem e uma desordem com vista a maximizar o lucro, fim último do capital.

Por conseguinte, a atuação do capital na forma de megaprojetos de mineração gera aquilo que Haesbaert (2003, p. 171) denomina aglomerados de exclusão, isto é, "um grupo de marginalizados no sentido de exclusão social, excluídos do circuito capitalista explorador, típica da desterritorialização que as redes das classes sociais hegemônicas promovem no espaço dos miseráveis".

Em Moçambique, as regiões visadas pelo capital, tal como Moatize, distinguem-se por uma nova forma de organização sócio-espacial decorrente da alteração do uso do solo. Com efeito, a nova forma de uso da terra imposta pelo grande capital implica, geralmente, o deslocamento da população que vive nelas. Estas comunidades vivem com base no trabalho a terra, além de que mantêm forte vínculo com ela.

Ou seja, as comunidades dependem da terra e de seus recursos para a sua reprodução social. Por isso mesmo, mudá-las significa alterar concomitantemente, a relação entre estas comunidades com o espaço e a destruição de um passado, sacralizado na identidade que estas reproduziram no transcorrer do tempo.

Outro aspecto que torna este processo (a inserção do capital) mais perverso é que os deslocamentos são compulsórios (já que a população tem apenas uma possibilidade de escolha) e os reassentamentos, muitas vezes são acompanhados de promessas que não são cumpridas. Os diversos casos de reassentamento realizados em Moçambique demonstram as fragilidades que o processo carrega consigo ao mesmo tempo em que salientam os esquemas que nutrem a corrupção e o favorecimento dessas empresas, por parte de alguns indivíduos ligados ao poder político nacional. Em

Moatize, por exemplo, prevalecem até hoje os desentendimentos entre a Vale Moçambique e a população retirada de Chipanga e reassentada em Cateme e no bairro 25 de setembro.

Desse modo, o incumprimento das promessas feitas pelas empresas no início de suas atividades tem gerado muitos conflitos entre as mineradoras e as comunidades afetadas. Um dos casos mais recentes desses atritos (aquilo que Bohm e Misoczky, 2013, denominam linha de frente do extrativismo) aconteceu em maio de 2015, envolvendo aproximadamente 500 famílias dos povoados de Cassoca, Luane, Cassica, Dzinda e Gulu, no Posto Administrativo de Chirodzi, Distrito de Cahora Bassa que paralisaram as atividades de exploração do carvão mineral pela mineradora indiana *Jindal África*, em decorrência do não cumprimento das promessas feitas a quando da chegada daquela mineradora na região.

Destarte, estas questões demonstram claramente a perversidade do capital e denunciam a perda de identidade e a fragilização da estrutura social nestas regiões. Nas referidas áreas, a perda da identidade, por vezes, é supostamente minimizada com as promessas de uma vida melhor nas zonas de reassentamento, o que, na prática, revela uma total precarização da vida dos reassentados, assim como as dificuldades destes se reproduzirem material e imaterialmente.

Portanto, para compreender os impactos produzidos pelos megaprojetos em Moatize é preciso considerar a totalidade dos fenômenos, dos processos, das condições preexistentes nessas áreas e aquelas impostas e/ou criadas localmente. De acordo com Santos (1997), para analisar o espaço é necessário que se considerem, simultaneamente, as quatro categorias de analíticas, ou seja, a forma, a função, a estrutura e o processo.

Ou seja, é preciso que se adote uma abordagem holística, ontológica, que integre dialeticamente a forma, a função, a estrutura e processo para a compreensão do espaço geográfico.

Logo, a

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo o dia. Tomados individualmente representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade (SANTOS, 1997, p.52).

Na análise dos impactos sócio-espaciais e das dinâmicas produzidas pelos megaprojetos de mineração em Moatize, foi priorizada uma leitura holística dos fenômenos, isto é, foi considerada a totalidade, as relações e as contradições que ocorreram no seio de cada uma das partes que compõe essa totalidade.

Moatize: a dimensão espacial da pesquisa

Definir o recorte espacial da pesquisa implica elucidar os limites físico-espaciais a serem considerados durante a investigação. Esse recorte que não é ao acaso, expressa também o movimento dos fenômenos e as múltiplas relações que se rebatem no espaço. Para Corrêa (2003), o recorte espacial refere-se à identificação dos limites e das especificidades do espaço que vai ser estudado, isto é, significa o reconhecimento do local das expressões fenomênicas do objeto que se pretende estudar.

Nessa ótica, constitui recorte espacial desta pesquisa o Distrito de Moatize, por se tratar do *locus* da implantação dos megaprojetos de exploração do carvão mineral pelas transnacionais Vale Moçambique, a ICVL Minas de Benga (extinto Rio Tinto).

O Distrito de Moatize, cuja sede é a vila de Moatize, situa-se a NE da cidade de Tete, e fica a 20 km desta. É limitado ao Norte pelos Distritos de Chiúta e Tsángano, a Sul pelo Distrito de Tambara, Guro, Changara e o Município de Tete, a Leste pela República do Malawi, a Oeste pelos Distritos de Chiúta e Changara (MAE, 2005).

Do ponto de vista geomorfológico, Moatize está assentado num vasto complexo gnaisse-granítico do cinturão de Moçambique (*Mozambique Belt*), do qual sobressaem em forma de *inselbergs* as rochas do pós-karoo e ocorrem os seguintes tipos de solo: solos castanho-cinzentos, castanho-avermelhados pouco profundos sobre rochas calcárias e os derivados de rochas basálticas, podendo estes últimos, serem avermelhados, castanho-avermelhados ou pretas (MAE, 2005; JOSÉ e SAMPAIO, 2012).

Climaticamente, o Distrito apresenta dois tipos de clima: seco de estepe, com inverno seco (BSW na classificação climática de Koppen), tropical e chuvoso de savana (AW). A precipitação média anual é de 644 mm, sendo que as maiores precipitações ocorrem entre os meses de dezembro e fevereiro (MAE, 2005).

A geologia de Moatize distingue-se pela ocorrência de importantes jazidas: filões de quartzo carbonatados (sílica, calcite), jazidas de ferro e chumbo (magnetita, hematita e apatita), jazidas de coríndon, de fluorite, de carvão do tipo hulha e inúmeras jazidas de titanomagnetites vanadíferas. Com relação às jazidas de carvão, elas se estendem por uma extensa área que vai desde Chingodzi ao rio Mecombedzi, região Sul do Distrito.

Essa extensa área de ocorrência do carvão mineral compõe a Bacia Carbonífera de Moatize-Minjova, a maior e mais importante reserva de carvão mineral, estimadas em aproximadamente 2,5 bilhões de toneladas, colocando o país numa posição privilegiada, em nível dos países detentores deste recurso energético no mundo (AFONSO, 1993; JOSÉ; SAMPAIO, 2012; MAE, 2005).

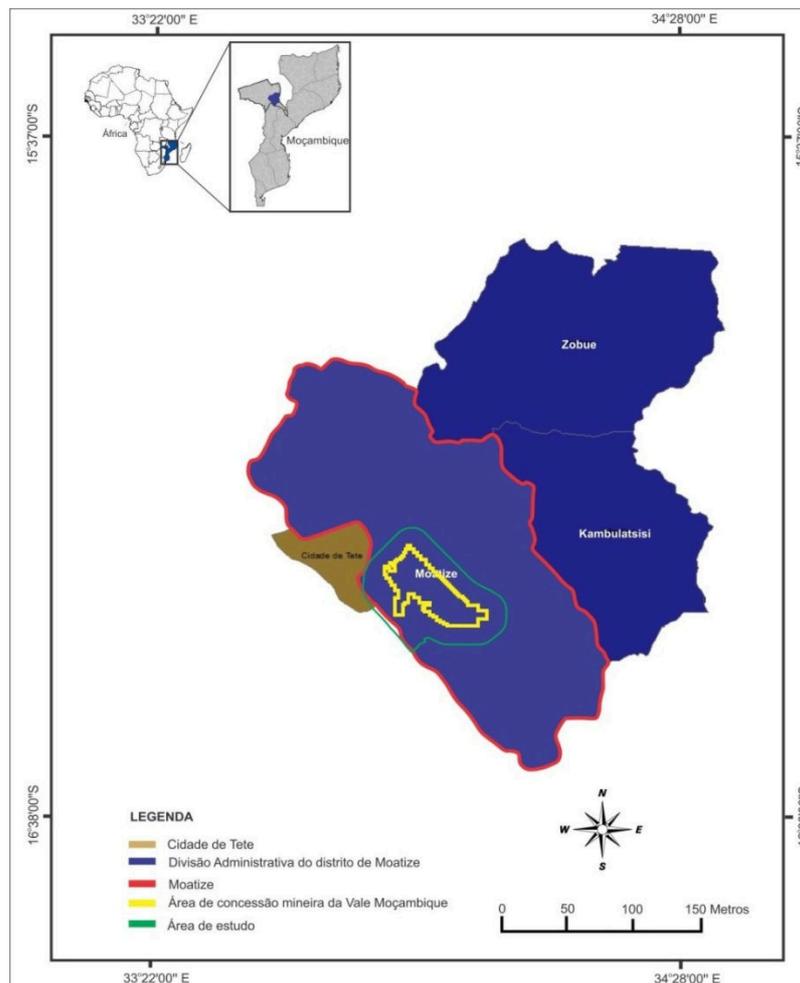
Macie (2015) explica que

Os limites das seções carboníferas da jazida de Moatize estão representadas pelas grandes rupturas tectônicas, que separam as áreas de desenvolvimento das rochas sedimentares do Sistema Karoo das rochas cristalinas Pré-cambrianas (MACIE, 2015, p.24).

De acordo com o Censo (2007), o Distrito de Moatize tem 215.092 habitantes. Porém, as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2016) apontam que o Distrito tem 365.446 habitantes, ou seja, um crescimento populacional na ordem de 150.354 habitantes, em relação ao número da população registrada no Censo de 2007. Essa população está irregularmente distribuída pelos três Postos Administrativos: Moatize, Kambulatsitsi e Zóbué (Mapa 2).

Portanto, este aumento da população não é surpreendente, pois a partir de 2008, Moatize passou a receber significativos contingentes humanos, vindo de quase todo o mundo. Foi nesse período que iniciou a construção das primeiras infraestruturas, da base logística, para garantir a exploração e exportação do carvão mineral. Moatize apresenta uma matriz predominantemente rural (agricultura é a atividade principal), e somente 23% da população vive na cidade, isto é, na Vila Sede do Distrito.

Mapa 02- Localização e divisão administrativa do Distrito de Moatize



Elaborado por MACIE, Aniceto (2015).

O espaço da reprodução do capital pelo carvão mineral de Moatize: as tramas sócio-espaciais na construção dos espaços de mineração

Historicamente a mineração é uma atividade econômica necessária ao bem-estar da sociedade, visto que fornece a matéria-prima indispensável para a produção de diversos bens.

Em Moçambique, a mineração é uma atividade antiga e remota ao período antes da fixação colonial portuguesa. Afonso (1976 citado por BATA, 2014) explica que a exploração do ouro e de outros metais já vem do tempo do reino de Monomotapa, portanto, antes da chegada dos portugueses em Moçambique.

No contexto global, a mineração do carvão joga um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico das nações dado a sua participação na matriz energética mundial. Com efeito, o uso do carvão como fonte energética intensificou-se, principalmente na década de 1970 com a crise do petróleo. De acordo com JOSÉ e SAMPAIO (2012) as reservas mundiais de carvão mineral são estimadas em 726.000 Mtce (milhões de toneladas em carvão), das quais 2,5 bilhões de toneladas estão localizadas em Tete, na bacia carbonífera de Moatize-Minjova.

No país, a exploração do carvão mineral não é recente, remota, principalmente ao período auge do colonialismo português (1900- 1945). Portanto, as primeiras operações iniciaram em 1940 e, em meados de 1950, a produção anual de carvão mineral atingiu 25.000 toneladas. Em 1975, a produção chegou a 575.000 toneladas.

Com a independência, sobretudo, a partir de 1977, a exploração do carvão mineral passou a ser realizada pela CARBOMOC E.E, firma pertencente ao Estado moçambicano. No entanto, com a intensificação da guerra civil (1976-1992), a dinâmica da produção do carvão mineral cessou muito rapidamente (MAE, 2005).

A “nova” era na exploração dos recursos minerais do subsolo, incluindo o carvão mineral, inicia-se com a criação das Zonas Econômicas Especiais e das Zonas Francas Industriais à luz da Lei n.3/93, cujo preâmbulo refere que

Consciente da necessidade de adoção de um quadro legal orientador do processo de realização, em território moçambicano de empreendimentos que envolvam investimentos privados estrangeiros, susceptíveis de contribuir para o progresso e bem-estar social no país, é aprovada a resolução que cria as Zonas econômicas especiais e francas industriais como pólos para atração do investimento estrangeiro.

Os megaprojetos que operam nas Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas Industriais beneficiam-se de um regime fiscal excepcional e com múltiplos benefícios tais como: a isenção dos direitos aduaneiros; baixa percentagem do imposto de produção; isenção de qualquer imposto nos primeiros cinco anos de operação; do imposto de consumo específico; Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS); preço da terra muito baixo; prioridade na aquisição do DUAT entre outros benefícios (CASTEL-BRANCO, 2009; MOSCA e SELEMANE, 2011).

Assim, os benefícios atribuídos aos megaprojetos de mineração, aliado às novas estruturas criadas para atender a demanda desses empreendimentos, têm

repercussões na vida econômica e social do país, sobretudo, nas áreas receptoras desses megaprojetos. As regiões que acolhem as “incursões” do capital transnacional, além de serem desprovidas de infraestruturas sociais, são também as que possuem os mais baixos índices de instrução, o que faz com que estes não aproveitem plenamente as poucas “oportunidades” geradas pelos megaprojetos.

A exclusão da população das áreas dos megaprojetos reflete as desigualdades sócio-espaciais, aprofunda a pobreza e o sentimento de exclusão, o que dificulta a plataforma de diálogo entre a população local e os representantes dos megaprojetos. As comunidades das regiões impactadas pelos megaprojetos não vê os benefícios da implantação desses empreendimentos em áreas que a população local usa para a produção de alimentos e a para a sua reprodução imaterial.

Desvelando os impactos sócio-espaciais e político-econômicos dos megaprojetos de mineração em Moatize e cidade de Tete

A produção, o armazenamento, o escoamento e o consumo da produção exigem um conjunto de infraestruturas que sirva de apoio a estas funções. A produção mineral não constitui exceção a esta lógica, uma vez que para que se cumpram com sucesso todas as fases produtivas, é necessário que haja uma estrutura que dê suporte a esta atividade.

Visando esse propósito, os megaprojetos de mineração rearranjam o espaço concessionada, eliminam os sujeitos sociais indesejados que podem, eventualmente, constituírem “barreiras naturais”, buscando, assim, impor novas estruturas de organização sócio-espacial que atendam às suas necessidades e as especificidades de sua produção (SANTOS, 1997, grifo do autor).

Contudo, este movimento ocorre em áreas habitadas ou inicialmente ocupadas, o que implica na “desestruturação” das formas de organização espacial preexistentes para a implantação da nova estrutura organizativa. Esse processo é impregnado de conflitos e tensões, não só entre as duas estruturas conflitantes (nova e velha), mas também entre as comunidades e os megaprojetos visto que opõem interesses opostos e contraditórios.

Nas regiões receptoras do capital transnacional, o velho não se refere apenas às estruturas espaciais preexistentes, mas

Os grupos sociais ali existentes e as suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço. Eles constituem, desse modo, seja, um obstáculo “natural”, seja, às vezes, um dado da expansão capitalista e exige, desse modo, um tratamento especial, pois quando o velho não pode colaborar para a expansão do novo, a lógica do capital manda que seja eliminado (SANTOS, 1997, p. 79, grifo do autor).

Portanto, a lógica reproduzida pelos megaprojetos de mineração que operam em Moatize, contribui decisivamente para as atuais alterações sócio-espaciais e político-econômicas que se verificam neste Distrito. A implantação da Vale Moçambique, da Rio Tinto em Moatize implicou a retirada quase que compulsória da população das áreas afetadas pelos megaprojetos para outras áreas previamente identificadas embora sem as condições semelhantes à aquelas dos locais de origem.

O processo de retirada e reassentamento da população afetada gerou novas formas de organização sócio-espacial ou a readequação das formas antigas para o cumprimento de novas funções, quer nas regiões de saída, quer naquelas de chegada. Por exemplo, a transferência da população impactada pelo megaprojeto da Vale Moçambique que decorreu entre os meses de novembro de 2009 e abril de 2010, cuja população foi reassentada em Cateme e bairro 25 de setembro, gerou alterações não somente na estrutura espacial, mas também na esfera social.

Relativamente ao processo de reassentamento da população afetada pelo megaprojeto da Vale, Mosca e Selemane (2011) explicam que a divisão da população para os dois locais baseou-se na classificação feita pela própria Vale, a qual dividiu as famílias em rurais (717) e urbanas (596). No entanto, esta forma de separação das famílias com base em critérios pouco claros, gerou desconforto para os reassentados, uma vez que, em alguns casos houve a separação de membros da mesma família, daí que Ramos (2009) considera a estratégia usada pela Vale Moçambique, como a tática de “dividir para reinar”.

Na esteira dos reassentamentos houve, não só a produção e reprodução do espaço nas duas regiões, embora em ritmos e dinâmicas diferentes, mas também o movimento de desterritorialização e reterritorialização dos sujeitos afetados. Um dos

aspectos salientes deste processo foi à transferência da população das áreas consideradas produtivas para outras menos produtivas.

A exumação dos corpos, mudança dos cemitérios, bem como a transferência da população para os reassentamentos forçaram as comunidades afetadas a distanciarem-se dos seus lugares habituais de sacralização das relações espirituais, isto é, o afastamento de seus lugares sagrados, o que tem gerado um enorme descontentamento entre os reassentados.

Haesbaert (2003, p.179) explica que a desterritorialização é marca essencial da modernidade em seu conjunto, na qual as relações sociais são deslocadas dos contextos territoriais de interação e se reestruturam por meio de extensões indefinidas [...] este movimento tende a desenraizar as coisas, as gentes e as idéias.

Corroborando essa percepção, Calaça (2013, p.26, grifo do autor) esclarece que “a “territorialização do capital”- impacta o mundo dos sujeitos, criando modos de desenraizá-los, alterando seus modos de vida, interferindo nos valores políticos, sociais, econômicos e culturais, nos símbolos e nas representações”.

Portanto, é nisto que reside a diferença entre as diversas concepções sobre a terra, uma vez que a ela são atribuídos significados distintos para atores também distintos. Enquanto para os megaprojetos a terra é vista como mercadoria, fonte de extração de matéria prima para a obtenção de *commodities*, para a comunidade local, a terra tem o valor de uso, de existência, de essência, é o *locus* de sua socialização e o meio através do qual se dá a reprodução das relações sociais de produção, sejam elas material ou imaterial.

Na vila de Moatize, a chegada dos megaprojetos de mineração atraiu para esta cidade, não só um número considerável de serviços (bancos, restaurantes, etc.), mas também enormes contingentes humanos, que vieram para o Distrito em busca de novas oportunidades de trabalho ou de negócios.

A inserção dos megaprojetos em Moatize afetou também a estrutura político-econômica local. Analisando os impactos dos megaprojetos de mineração em Tete, Fonseca e Matine (2009) e Mosca e Selemane (2011) esclarecem que o início da atividade mineira aumentou a demanda interna, particularmente na oferta de bens e serviços de primeira ordem, como o caso da hotelaria, restaurantes, arrendamento imobiliário e transportes de curta distância.

Com efeito, a chegada dos megaprojetos de mineração incrementou a oferta de serviços de empresas nacionais e/ou estrangeiras, como o fornecimento de energia, transportes de longa distância. Assim,

O início destas atividades fez surgir em Moatize e com mais intensidade na cidade de Tete o negócio de aluguel de casas, venda a porta de casa nos mercados de Kwachena (amanheceu) e Cambinde, assim como aumentou o número de pessoas trabalhando no setor informal (FONSECA e MATINE, 2009, p.18).

A implantação dos megaprojetos representou uma maior pressão sobre o setor público e para as instituições do Estado, demandando, assim, a necessidade de reorganização de algumas instituições do Estado em função das demandas dos megaprojetos. Por exemplo, a “corrida” para o carvão mineral de Moatize forçou a reelaboração do Plano Diretor da cidade de Tete com vistas à viabilização do projeto Zambeze, uma área de expansão das atividades mineiras.

Portanto, as grandes corporações mineiras buscam criar, nas regiões onde se instalam (ou naquelas que detêm nexos com essas corporações), uma nova racionalidade,

Por meio de um ordenamento territorial, que lhes permitirá o exercício “seguro” de suas atividades produtivas. Para tanto, estimulam o processo de institucionalização, isto é, a criação de territórios ou o rearranjo de velhos limites, com finalidade de normatizar o uso e a circulação espacial por meio da institucionalização ou normatização dos territórios (SANTOS, 1997, p.58, grifos do autor).

Este processo é próprio da incorporação das formas técnico-científicas que, pela sua natureza, demandam a reorganização espacial com vistas a abrigar frações de capital que exigem uma rentabilidade maior e, por conseguinte, a reestruturação da própria administração pública, que tem de se reorientar com vista a atender as demandas pelo consumo e por infraestruturas de apoio ao capital (SANTOS, 1997).

Destarte, a racionalidade imposta pelas mineradoras define os limites das ações quanto ao uso e funções do espaço, de modo que o funcionamento assegure a reprodução do capital. Ao mesmo tempo em que as empresas criam novas formas de regulação do uso do território numa escala local, elas atuam pressionando o poder estatal, no intuito de flexibilizar as normas territoriais nacionais, ou ainda contornam os

dispositivos constitucionais, para favorecer as “incursões” do capital (HARVEY, 2012, grifo nosso).

O início da produção e escoamento do carvão mineral em Moatize dinamizou o comércio e aumentou a demanda por alguns serviços. Esta procura deu-se de forma lenta no limiar desta atividade e mais rapidamente no seu auge, cujos efeitos repercutiram-se nos preços dos produtos que compõem a cesta básica e em outros serviços oferecidos em nível da Vila de Moatize ou mesmo da cidade de Tete.

Ou seja, o início de algumas atividades ou mesmo a implantação de algum projeto numa determinada região, gera uma procura segmentada que afeta negativamente a população de menor rendimento. Isso se deve ao aumento dos preços dos produtos alimentares localmente produzidos, tais como o milho, a carne, vegetais e alguns bens importados, o que gera um agravamento do custo de vida com efeitos sobre os mais pobres e com aprofundamento das desigualdades sociais e reprodução da pobreza (MOSCA e SELEMANE, 2011).

Portanto, a implantação dos megaprojetos de mineração da Vale Moçambique, ICVL (ex-Rio Tinto) e da *Jindal África*, por um lado, configurou novas espacialidades e aprofundou os mecanismos de segregação e multiplicação da pobreza em dinâmicas e em formas diferentes das anteriores. E, por outro lado, intensificou as pressões da sociedade civil sobre o Estado, no sentido de evitar que o tão famigerado desenvolvimento se torne apenas uma lenda.

A idéia de desenvolvimento vendida pelos megaprojetos e legitimado pelo Estado - seu principal aliado conforme observa Mészáros (2011), está diretamente atrelada à resolução das Nações Unidas de 1962. De acordo com este documento todo o povo e as nações têm o direito à soberania permanente sobre suas riquezas e seus recursos naturais, e esta deve ser exercida no interesse de seu desenvolvimento nacional e do bem-estar do povo do Estado em questão.

Entretanto, apesar desta declaração, autores mais cépticos como Esteva (2000) questionam a forma como as potências imperialistas impõem os seus interesses em nome do desenvolvimento. Este universalismo almejado justifica a chamada missão civilizadora a qual, áreas colonizadas têm sido submetidas: “em primeiro lugar, o mito do progresso e da modernização, ainda hoje associado a esse poderoso portador

simbólico de promessas de uma vida melhor, o desenvolvimento” (BOHM e MISOCZKY, 2013, p. 5).

Ainda sobre as contradições e o poder que o termo desenvolvimento carrega consigo. Esteva (2000) demonstra que o

Termo desenvolvimento se encontra no centro de uma poderosa constelação semântica. Não há nenhum outro conceito no mundo moderno que tenha sido tão influente quanto o desenvolvimento, representando, para tanto, uma mudança favorável: do simples ao avançado, do inferior ao superior, do pior para o melhor.

Trata-se, evidentemente, de uma idéia que segue a mesma lógica evolucionista do “progresso”. No entanto, como é

Amplamente reconhecido nos dias de hoje, o desenvolvimento deve ser visto no contexto da crise do colonialismo, agravada após a segunda guerra mundial, articulado à dicotomia entre desenvolvimento/subdesenvolvimento em substituição à dicotomia civilizado/primitivo (BOHM e MISOCZKY, 2013, p.5).

Assim, meio a ânsia pelo desenvolvimento e o receio de como esta “arma” tão poderosa consegue impor seus interesses, subjungando os interesses locais, a sociedade civil moçambicana tem se mobilizado e juntando forças para resistir, ao mesmo tempo em que, insiste que o Estado deve procurar soluções, deve ensejar novas lutas, para que o crescimento do setor da mineração em Moçambique, sobretudo em Moatize, não seja o vetor multiplicador das desigualdades sócio-espaciais. Esta entende que, cabe ao Estado intervir o quanto antes no sentido de garantir que o *boom* deste setor contribua para a melhoria da vida da população.

Algumas considerações

Em Moçambique algumas pesquisas realizadas têm questionado sistematicamente o papel dos megaprojetos de mineração na melhoria das condições de vida da população. O âmago dessas pesquisas é praticamente o mesmo, ou seja, estes estudos levantam questões ligadas à contribuição desse setor para as receitas públicas por meio de sua contribuição para o orçamento geral do Estado, a redução da pobreza e a promoção do tão esperado desenvolvimento econômico e social.

Neste artigo, analisamos os megaprojetos de exploração do carvão mineral de Moatize, buscando compreender os impactos sócio-espaciais, político-econômicos e as contradições inerentes a estes megaprojetos, no que tange às formas de organização ou de reorganização sócio-espacial e político-econômica visando atender aos interesses do capital.

No decorrer desta análise foi possível perceber que a inserção dos megaprojetos em Moatize gerou novas formas de uso do solo, de organização espacial, bem como engendrou novas formas e/ou modos de relacionamento entre as pessoas. A chegada de diversas mineradoras neste Distrito trouxe consigo oportunidades de vária ordem, ao mesmo tempo em que, acarretou o aumento da população, sobretudo jovens que foram para Moatize em busca de emprego. Este movimento afetou modificou drasticamente a estrutura social das famílias, as formas de relacionamento (monetarização das relações sociais), bem como produziu novos males como, por exemplo, o negócio da prostituição que era praticamente inexistente antes do início das atividades mineiras.

Portanto, embora as mudanças nos usos da terra e na apropriação do espaço em Moatize e/ou nas áreas adjacentes não sejam exclusivas dos megaprojetos que operam neste Distrito, é correto afirmar que, tais alterações resultam *grosso modo*, da concretização destes megaprojetos e, por isso, estão a eles imbricados, isto por que, por um lado, a implantação destes gerou maior pressão sobre a terra, bem como uma demanda cada vez maior por novos espaços (habitação, comércio, mineração, etc.), de novas oportunidades de negócio e de trabalho.

Por outro lado, a “tática de dividir para reinar”, as promessas não cumpridas, ou parcialmente cumpridas, aumentou expressivamente o sentimento de exclusão da população afetada e lideraram as recentes manifestações promovidas pela população afetada pelas mineradoras em Moatize, dando voz ao que vem acontecendo em outros países do mundo como: Argentina, Peru, Colômbia, Brasil (América Latina) e Zâmbia e Gana, na África. Ou seja, aquilo que se denomina movimento dos Não a mineração.

Com o início da exploração do carvão mineral pelas firmas Vale Moçambique, ICVL e outras, multiplicaram-se também os questionamentos da sociedade civil moçambicana sobre o papel do Estado e a forma como a exploração deste recurso mineral tão importante poderá contribuir na melhoria das condições básicas população.

Tais questionamentos denunciam a necessidade urgente de o Estado intervir, de modo a evitar que a presença dos megaprojetos em algumas regiões do país não seja o propulsor das desigualdades sócio-espaciais, da marginalização e da subalternização da população local.

Contudo, apesar destas constatações, cabe salientar que a implantação dos megaprojetos em Moatize gerou novas oportunidades de negócio e de trabalho, embora em ritmo e dinâmicas diferentes. Concomitantemente, favoreceu o surgimento de uma pequena elite nacional constituída por empresários nacionais, ou por indivíduos ligados ao poder político nacional, que são os que mais tiraram proveito com a instalação dos megaprojetos.

Portanto, é essa a *dual* face do capitalismo (a contradição que tanto insistimos neste artigo), que ao socializar o trabalho e privatizar os meios de trabalho, produz simultaneamente uma pequena elite completamente abastada, e um amontoado de excluídos (miseráveis) socialmente, que à custa do seu sangue e da sua identidade, garantem a reprodução do capital e a expatriação dos lucros.

É isto que consideramos a essência invariável do capitalismo. Em outras palavras, o desenvolvimento desigual e o nível de semi-inanição das massas constituem as premissas básicas do modo capitalista de produção e a perenidade destas contradições é condição indispensável para a reprodução do capital.

Referências

AFONSO, Rui S.; MARQUES, João M. **Recursos minerais da república de Moçambique**: contribuição para o seu conhecimento. Lisboa- Maputo: Instituto de investigação científica tropical- centro de geologia e direção nacional de geologia, 1993, 63p.

BATA, Eduardo J. **A vulnerabilidade socioambiental nas áreas de exploração das pedras preciosas e semipreciosas nas aldeias de Nanhupo e Nséue, em Namanhumbir**, Distrito de Montepuez (Moçambique), no período de 2004-2011. 2014. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia Stricto Sensu), programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás. Jataí, 2014.

BOHM, Steffen; MISOCZKY, Maria C. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiro. **Caderno EBAPE. BR**, Rio de

Janeiro, RJ, v.11, n.2, p.311-339, artigo 6, jun. 2013. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v11n2/v11n2a08>>. Acesso em: 10.abr. 2015.

CALAÇA, Manoel. A territorialização do capital no Cerrado: uma abordagem metodológica. In: SANTOS, Roberto de Souza, et al. (Org.). **Território e Diversidade Territorial no Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais**. Goiânia: Kelps, 2013. cap. 1, p. 19-36.

CASTEL-BRANCO, C. **Os mega-projectos em Moçambique: que contributo para a economia nacional**, Maputo: IESE, 2008, 76p.

_____. **Indústrias de recursos naturais e desenvolvimento: alguns comentários**. Maputo: IESE, 2009, 87 p.

CASTEL-BRANCO, N.; OSSEMANE, Rogério. Crises cíclicas e desafios da transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique. In: Brito, et al., (Org.). **Desafios para Moçambique 2010**. Maputo: IESE, 2010. cap. 5, p. 142- 183.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: era da informação, economia sociedade e cultura**. 2. ed. São Paulo: Paz terra, 1999. 530p.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.59–83.

FONSECA, A e MATINE, L. T. **Vulnerabilidade e Estratégias de Sobrevivência de Famílias na Periferia da Cidade de Tete: o caso dos Bairros Matundo e Mateus Sansão Muthemba**. Maputo: II Conferência do IESE–“Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique”, 2009.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (GEAL). **Mineração transnacional e resistências sociais na África e na América Latina: experiências de resistência e de mobilização social frente às estratégias corporativas das companhias Vale (Brasil) e AngloGold Ashanti (África do Sul) na Argentina, Colômbia, Peru, Angola e Moçambique**. IBASE, 2011, 36p. Disponível em:
<http://www.dialogosdos povos.org/pdf/liv_ibase_mineracao_port_REV2.pdf>>, Acesso em: 25 maio. 2015.

GUDYNAS, E. Caminos para las transacciones post extractivas In: ALAYSA, A.; GUDYNAS, E. E. (Ed.). **Transacciones, post extractivismo y alternativas al extractivismo en Perú**. Lima: Red GE/CEPES, 2011. Cap. 3, p.187-206.

KARL, Marx. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. Tradução Walter S. Maia. São Paulo: Global Editora, 1977, 140p.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., CORRÊA, R. L., e GOMES, P. C. C. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003. Cap. 4, p. 165- 238.

HAESBAERT, Rogério. **Regional- Global**: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010, 207p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlack. São Paulo: Annablume. 2005. 251p.

_____. **O novo imperialismo**. Tradução de A. Subral e M. S. Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **População Projetada por Distritos da Província de Tete, 2007-2040**. Disponível em:
<http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/projeccoes-da-populacao/populacao-projectada-por-distritos-tete-2007_2040.xls/view>. Acesso em: 25 maio. 2015.

JOSÉ, D. S. e SAMPAIO, C. H. Estado da Arte da Mineração em Moçambique: Caso Carvão de Moatize, Tete. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU/PPGG/Departamento de Geografia, 2012. p. 1- 20.

MACIE, Aniceto Elcídio A. **Mineração de Carvão na Bacia Carbonífera de Moatize, província de Tete - Noroeste de Moçambique**: Uma análise socioambiental. 2015. 138f. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Geociências), Pós- Graduação em Mineralogia e Petrologia, Universidade de São Paulo/São Paulo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. 1094p.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. **Perfil do Distrito de Moatize província de Tete**. Maputo: MAE, 2005, 89p.

MOÇAMBIQUE. Assembléia Popular. **Lei n.14/79**, de 01 de janeiro de 1979, publicado no Boletim da República (BR) I Série n.15, Maputo 01 janeiro de 1979.

_____.Assembleia da República. **Lei n.17/97**, de 8 de dezembro de 1998, publicado no Boletim da República (BR) I Série n.48, Maputo 8 de dezembro de 1998.

_____.Assembleia da República. **Lei n. 14/2002**, de 26 de junho de 2002, publicado no Boletim da República (BR), I Serie N. 20, Maputo, 26 de junho de 2002.

_____.Assembleia da República. **Lei n. 20/2014**, de 20 de Agosto de 2014, publicado no Boletim da República (BR), I Serie N. 15, Maputo, 20 de Agosto de 2014.

_____. Assembleia da República. **Lei n.3/93**, de 24 de junho de 1993, publicado no Boletim da República (BR) I Série n.25, Maputo 24 de junho de 1993.

_____.Assembleia da República. **Lei n.14/2002**, de 26 de junho de 2002, publicado no Boletim da República (BR), I Serie Nº 20, Maputo, 26 de junho de 2002.

MOSCA, João, SELEMANE, Tomás. **El dorado Tete**: os mega projectos de mineração. Maputo: CIP, 2011, 75p.

MALERBA, Juliana (Org.); LÓPEZ, Diana R.; MANSUR, Maíra S.; MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S.; SCOTTO, Gabriela. **Diferentes formas de dizer não**: experiências de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: Fase, 2014, 224p. Disponível em: <<http://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/01/DIFERENTES-FORMAS-DE-DIZER-NAO-WEB-2.pdf>>. Acesso em: 25. maio. 2015.

RAMOS, A. **Projecto Carvão de Moatize**. Conference paper da Conferência do CASM, Maputo, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, 259 p.

_____. **Espaço e Método**. 4.ed. São Paulo: Nobel. 1997, 88p.

_____.**A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4.ed. 2.reimpr. São Paulo: Editora USP, 2006. 259p.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SELEMANE, Tomás. **Questões à volta da mineração em Moçambique**: relatório de Monitoria das atividades em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga. Maputo:CIP, 2010.

SENE, Eustáquio. **Globalização e espaço Geográfico**. 2.ed. São Paulo: Contexto. 2004, 174p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

SCHERER-WARREN, I. **Rede de Movimentos Sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993. 112p.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 155p.

Recebido em 15/08/2015. Aceito para publicação em 16/05/2016.
--